

Incluir como forma de reproduzir exclusões

*Geraldo Balduino Horn e
Alexsander Machado*

O debate sobre a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas avançou muito nos últimos anos. Essas conquistas ocorreram não são só do ponto de vista das pesquisas científicas, mas principalmente na construção de políticas públicas. Podemos, por exemplo, citar a Lei nº 12.796, de 2013, quando, em certo momento, afirma que aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, é gratuito o atendimento educacional especializado de modo transversal em todos os níveis, etapas e modalidades.

Entretanto, se o cenário atual exige a urgência do senso prático, isso não pode se dar à revelia da participação política concreta, especialmente da participação de professores, tradutores, intérpretes, pesquisadores e de estudantes. Sob pena da participação política ser reduzida a uma pesquisa de satisfação sobre o consumo de produtos e serviços educacionais dentro de uma perspectiva procedimental, padronizada, eminentemente técnica e quantitativa. A inclusão não pode ser orientada por critérios econômicos de produtividade a custo zero.

No caso dos sujeitos surdos, por exemplo, o desenvolvimento de práticas pedagógicas deve considerar as teorias recentes que apontam para a relevância de dois conceitos: “educação bilíngue” para surdos e “escola inclusiva”. A educação bilíngue para surdos é entendida como uma proposta educacional que compreende - no processo de comunicação e ensino dos estudantes surdos -, a utilização de duas línguas: a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa. A Educação bilíngue é garantida pelo Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005) que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, no artigo 22, capítulo VI, e que aponta como organizar a inclusão escolar para Surdos afirma que: (a) escolas e classes de educação bilíngue, abertas a estudantes Surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; (b) escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a estudantes Surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, Ensino Médio ou educação profissional, com docentes de diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos estudantes Surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa.

É possível perceber que a política nacional tem dois espaços possíveis para a escolarização de Surdos: (1) na Escola de Surdos com professores bilíngues e (2) na escola regular com a presença do intérprete e o atendimento

educacional especializado (AEE). Quanto à escola inclusiva, é fundamental ressaltar que ainda existe um grande contingente que não tem acesso à escola bilíngue. O documento Educação Inclusiva: fundamentação filosófica, elaborado pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (BRASIL, 2004) mostra as várias formas de exclusão, social, política, histórica, econômica e cultural que precisam ser combatidas dentro e fora do espaço escolar. Fundamentado na Constituição de 1988, o documento mostra a necessidade de garantir e assegurar a todos a igualdade de condições ao acesso e à permanência na escola impedindo qualquer forma de discriminação. Assevera também que no Brasil milhares de crianças e jovens apresentam necessidades educacionais especiais, vinculadas ou não à deficiências específicas.

Os recursos tecnológicos utilizados como suporte na realização de atividades a distância não suprimem completamente as questões envolvidas no processo de ensino-aprendizagem. As particularidades, nesse caso, não se esgotam na transmissão de um dado conteúdo. Diferente de outras atividades, o ensino requer diálogo, debate e a troca de experiências. Mesmo que a tecnologia possa mediar essa relação é preciso cautela, pois não se pode reduzir a complexidade da interação humana, formada pelo intercâmbio de valores, conceitos, ideias, crenças, memórias e de subjetividades, aos seus meios de execução.

Isso pode ser tornar ainda mais grave quando se pensa nos imperativos que a divisão técnica e social do trabalho impõem ao trabalho pedagógico. Para adquirir ganhos de produtividade, percebe-se que algumas instituições utilizam, de forma cada vez mais comum, o emprego de professores em contratos flexíveis e até mesmo remunerados por produtividade. No contexto em que debatemos, isso significa o parcelamento do processo de ensino-aprendizagem e o enfraquecimento dos vínculos entre professor e aluno, pois aquele que ensina algo não é necessariamente aquele que avalia o resultado deliberado de seu ensino.

A edição do Jornal ‘O Sísifo’ de março apresenta a educação inclusiva como tema central. A primeira matéria, de Wilma Favorito e Janete Mandelblatt, trata do manúário acadêmico do INES e do léxico terminológico da língua brasileira de sinais. Em seguida, Wesley Soares discute as dificuldades de inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais do Instituto Federal do Paraná. Por fim, Edson Teixeira problematiza o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos no estado do Paraná considerando o cenário político em tempos de pandemia.

O manúário acadêmico do INES e o léxico terminológico da língua brasileira de sinais

Wilma Favorito e Janete Mandelblatt

De acordo com as fontes históricas até o momento conhecidas, pode-se dizer que a lexicografia da língua de sinais utilizada no Brasil, hoje denominada Libras, inicia-se com o trabalho pioneiro do aluno surdo, e depois professor repetidor (uma espécie de professor auxiliar) do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, no Rio de Janeiro, Flausino Jose da Gama. Denominada Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos, a obra, de 1875, foi inspirada na produção de Pelíssier, professor surdo do Instituto de Jovens Surdos de Paris. O glossário de Flausino, cuja finalidade era divulgar os sinais para além dos muros do INES e favorecer as interações entre surdos e ouvintes, se constitui de ilustrações impressas em técnica de litografia, em que cerca de 400 sinais são apresentados por categorias temáticas em grande parte ligadas ao cotidiano da vida escolar, além de algumas classes gramaticais.

Dessa época até meados dos anos 1970, o registro dos sinais utilizados pelos surdos brasileiros sofre um grande intervalo, acompanhando o desestímulo do uso dessa língua como meio de instrução nas escolas de surdos em diversos países. Isso ocorreu em decorrência da (equivocada) crença na superioridade da língua oral para o desenvolvimento social e educacional desses indivíduos.

Esse panorama começa a mudar a partir da década de 1960, quando o linguista e professor norte-americano William Stokoe publicou estudos que demonstraram o estatuto linguístico da *American Sign Language*. Esses estudos também impulsionaram pesquisas sobre diferentes línguas de sinais em vários países.

Provavelmente, como reflexo desse marco na pesquisa sobre línguas de sinais, em 1969 surgiram algumas iniciativas de dicionarização da Libras, como Linguagem das Mãos e Linguagem de Sinais do Brasil, do padre Eugenio Oates. Nesse momento, os sinais, além de registros em desenhos, já contam com fotos e registros filmados em *videotaípe*. Algumas outras pequenas obras foram publicadas nas décadas de 1980 e 1990, porém o grande salto ocorre em finais dos anos 1990, com forte impulso a partir da virada do milênio.

Esse momento é marcado por um ingresso crescente de estudantes surdos na educação básica e superior graças às políticas governamentais de inclusão escolar e ao reconhecimento oficial da Libras, por meio da Lei nº 10.436, de 2002. Esse cenário passa a demandar projetos de ensino em que a língua de sinais seja utilizada como língua de instrução nas aulas e nos materiais didáticos e como língua de tradução com a presença de tradutores-intérpretes de

Libras-Língua Portuguesa nos contextos de ensino. Em virtude dessa nova configuração escolar, haverá, como se verifica até hoje, uma intensa expansão lexical da Libras e a criação de alguns dicionários e inúmeros glossários majoritariamente voltados para o campo terminológico, contribuindo para o processo de legitimação dessa língua nas diferentes áreas do conhecimento.

Entre as obras terminológicas dedicadas ao registro e divulgação de sinais da Libras, destacamos o Manúário Acadêmico e Escolar, que vem sendo desenvolvido desde 2011 por um grupo de pesquisa do Departamento de Ensino Superior do INES, sob a coordenação das autoras deste artigo. Trata-se de um dicionário terminológico bilíngue (Libras-Português), online, que abrange os diferentes

componentes curriculares de nosso curso de licenciatura em Pedagogia, além das disciplinas da educação básica ministradas no Colégio de Aplicação do INES.

Atualmente o Manúário conta com um acervo de aproximadamente 1100 sinais terminológicos provenientes de pesquisa de campo com alunos e profissionais surdos e tradutores-intérpretes de Libras do INES e depois validados em debates com a comunidade acadêmica da instituição. O produto, veiculado por meio de um site

(www.manuario.com.br), contem sinais referentes a conceitos de áreas como Estudos da Linguagem, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, Tecnologia da Informação, Didática, e também sinais para conceitos trabalhados nas disciplinas da Educação Básica.

Todos os sinais são gravados em vídeo, em estúdio, e apresentados por professoras surdas. Temporariamente, por conta da pandemia do coronavírus, estamos gravando de forma caseira, com alunos bolsistas. Há ainda uma centena de sinais para designar autores estudados em nossos cursos de graduação e pós-graduação, tais como Paulo Freire, Freud, Marx, Bakhtin, Foucault, complementados por minibiografias bilíngues (Libras e Português) elaboradas em parceria com a TV INES (www.tvines.org.br) em formato de programa televisivo.

Como toda obra *dicionarística*, o Manúário encontra-se em permanente atualização, abrigando, gravando e divulgando a criação de novos sinais da Libras por estudantes e profissionais surdos do INES.

Em quase uma década de trabalho, constatamos um grande avanço no desenvolvimento do léxico terminológico da Libras. Além de continuar registrando e divulgando esse crescente acervo, nosso desafio no momento é caminhar no sentido de elaborar verbetes bilíngues (Libras-Português) para os sinais relativos a conceitos teóricos já registrados e, com isso, contribuir para o aprimoramento do Manúário como ferramenta didática e como fonte de pesquisa sobre a Libras.



Inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas no IFPR: desafios socioeducacionais em tempos de pandemia

Wesley Soares

A pandemia provocada pela COVID-19 exigiu, no plano educacional, dentre outras medidas, o distanciamento social e a adaptação de práticas pedagógicas, anteriormente utilizadas de forma presencial, para a modalidade a distância. Assim, com a utilização de recursos tecnológicos e plataformas digitais, estão sendo realizadas palestras/*lives*, aulas síncronas e assíncronas para todos os estudantes do Instituto Federal do Paraná - IFPR. De um modo geral, todo esforço do Instituto Federal do Paraná, por meio da CONAPNE (Coordenadoria Geral dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas), vem acontecendo no sentido de apoiar seus estudantes com necessidades educacionais específicas incluídos em classes/cursos regulares.

Por estudantes com necessidades educacionais específicas, incluídos no IFPR, consideram-se aqueles que apresentam significativo, expressivo ou relevante comprometimento de aprendizagem, de caráter permanente, progressivo e/ou transitório, que não estejam em igualdade de condições e oportunidades.

Esses estudantes, matriculados no Ensino Médio e em cursos superiores oferecidos pelo IFPR, tiveram que lidar com uma nova organização da rotina diária, estilo e dinâmica dentro das modalidades de ensino-aprendizado, nesse caso, a Educação a Distância. Assim, os desafios cotidianos, didático-curriculares e as condições materiais objetivas de ensino-aprendizagem — uma vez que muitos deles não possuíam recursos tecnológicos para a realização das aulas — foram questões pensadas pelos docentes, poder público, gestores e familiares.

No IFPR, foram disponibilizados equipamentos como celulares, *tablet's* e computadores para estudantes que necessitavam, além de um recurso especial para compra de equipamentos e auxílio para conexão de internet. No plano da legislação institucional, foram organizadas e implementadas normas e procedimentos de flexibilização curricular para alguns estudantes incluídos que necessitaram de maior adequação às novas condições - fato que justificou legalmente a realização de um menor número de disciplinas durante o período letivo, isso sem prejuízos à garantia de terminalidade dos cursos.

Além dos inúmeros desafios, que historicamente envolvem as relações de ensino-aprendizagem na educação, essa perspectiva inclusiva deve incentivar a práxis dialeticamente comprometida com adequações curriculares mais democráticas, que respeitem os estudantes em suas necessidades linguísticas, intelectuais, socioemocionais, econômicas, físicas, sensoriais, dentre tantos aspectos que se materializam integralmente no cotidiano discente e

docente. Isso sem falar das condições culturais que permitem, ainda na atualidade, a perpetuação da manifestação do preconceito veladamente imposto por um sistema educacional que se volta a processos, identidades e modos rígidos de educação.

Adorno questiona se, “[...] não será também a teoria uma forma genuína da prática?”, (1969, p. 6). Diante da afirmação pode-se deduzir que a problematização das contradições sociais precisa estar intimamente ligada à práxis pedagógica e dela não se pode dissociar. Por isso, nosso desafio como professores envolve práticas potencialmente favoráveis a esses estudantes como, por exemplo, o atendimento educacional individualizado realizado pelo professor do componente curricular, dilação ou redução do prazo para a conclusão do curso, reorganização e/ou equivalência de componentes curriculares, reopção e/ou transferência entre cursos e campi, definição de critérios diferenciados e adequados de avaliação, considerando a singularidade e a especificidade dos estudantes, de maneira que sejam atendidos em suas necessidades e possam alcançar êxito em seu processo de formação humana e acadêmica.

Em nossa experiência institucional, alguns avanços foram alcançados após anos de resistência na busca por mais diálogo entre os pares, gestores das principais diretorias e setores, dentre eles, o Plano de Atendimento Multiprofissional, com ajustes didáticos e estruturais que contemplam outros recursos pedagógicos, linguagens, tecnologias, metodologias e outras dimensões que não acarretassem ônus desproporcional e indevido ao estudante.

Mesmo assim, contraditoriamente, são inúmeras as carências no âmbito do atendimento bilíngue dos nossos estudantes surdos, dado o quantitativo ainda pequeno de docentes de Libras, Tradutores e Intérpretes de Libras e Guia Tradutor e Intérprete de Libras - GTI no caso de estudantes surdo-cegos ou cego-surdos. Essa carência envolve a falta de pesquisas linguísticas na construção intencional de sinais em Libras em múltiplas áreas.

Logo, refletir sobre as desigualdades sociais, preconceito e inclusão de estudantes com deficiência no IFPR nesse período pandêmico é um grande desafio, especialmente por quando se observa a existência de processos reificados de desigualdades vivenciadas no cotidiano desses estudantes. Isso porque, as desigualdades sociais se apresentam como reflexos dos históricos e velados processos de exclusão dos indivíduos com deficiência em sociedade, o que demanda problematizar as contradições sociais por trás das políticas e práticas de acesso, permanência e êxito educacional. Esses elementos permitem questionar, por quais razões, apesar das políticas públicas de inclusão dos indivíduos com deficiência, ainda na atualidade, as condições socioculturais, estruturais e pedagógicas reproduzem as bases do preconceito, do *bullying* e das violências simbólicas, tornando escassas e/ou frágeis as experiências de reflexão filosóficas, inclusivas, democráticas e humanas.

Educação de Surdos na rede estadual de educação do Paraná em tempos de pandemia

Edson Teixeira de Rezende

A proposta de educação de pessoas Surdas, em curso na rede estadual de educação do Paraná e em algumas escolas inclusivas, precisa ser reconhecida como um direito e não apenas como um gasto adicional no orçamento da educação. A efetivação de uma prática pedagógica que promova o aprendizado e a leitura do mundo pelo sujeito Surdo, bem como a qualidade educacional devem ser compreendidas como consequência das condições de trabalho de professores, tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Recentemente, a resolução (N.º 208/2021), publicada pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Estado do Paraná, alterou alguns critérios de funcionamento do trabalho do (TILS). Conforme essa resolução, não será atribuída 50 horas/aula ao Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa – (TILS) concursando. Na prática, isso significa que em alguns casos a carga horária semanal desses trabalhadores poderá ser de até 40 horas. Além de prejudicar a qualidade do trabalho, essa alteração irá produzir uma defasagem para o estudante surdo, pois o vínculo entre o estudante Surdo e o profissional Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS), importante para fortalecer os sinais, será enfraquecido. Com isso, até mesmo a comunicação e a interação do estudante usuário da Libras com outros professores que não conhecem ou que não possuem fluência na Libras será prejudicada.

Como fica o atendimento do estudante surdo no dia que não terá o intérprete? A solução oferecida é um profissional itinerante, que sofre com instabilidade de vínculo não efetivo, de não saber se terá trabalho no ano seguinte, quando começará seu trabalho de fato e em que lugar. É preciso uma concepção de educação que crie condições físicas, psicológicas, sociais e educacionais para o trabalho com os educandos. A insegurança e o descompasso na contratação dos profissionais prejudicam a qualidade da aprendizagem, pois há relatos de turmas que já iniciaram o ano letivo, mas ainda não contam com o apoio de profissionais fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem do estudante Surdo.

As salas de Atendimento Educacional Especializado para atender o Surdo, devem contar com a presença de um professor de Libras preferencialmente surdo. Isso constitui um fator importante no processo educativo do educando Surdo, pois possibilita o desenvolvimento linguístico, cultural e identitário. O ano letivo se iniciou no dia 18/02/2021 no Paraná e até o dia 15/03/2021 ainda não tínhamos a contratação desse profissional pelo Núcleo Regional de Educação. A contratação de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa – (TILS) é o critério mais importante para que o educando Surdo possa ter seu direito atendido. É preciso que a política pública se comprometa em garantir uma educação bilíngue que considere espaços diferentes.

A análise feita pelas pesquisadoras Sueli Fernandes e Laura Moreira na revista educar (2014, p.64) demonstra que o “Estado atribui à língua de sinais o status de recurso de

acessibilidade para Surdos”, mas a educação bilíngue para a pessoa surda requer o TILS, ou seja, são necessários outros elementos pedagógicos que além de atender a cultura surda, também compreenda a língua natural da pessoa surda como uma língua visual/espacial e não oral/auditiva. É preciso avançar na oferta de materiais didáticos e paradidáticos em videolibras.

Ofertar materiais em videolibras consiste em respeitar o acesso à informação e ao conhecimento estruturado pela humanidade nas diversas áreas do conhecimento em Libras como elemento para a autonomia. Já existem exemplos de promoção dessas experiências em diversas instituições. Uma delas é a tradução da Apologia de Sócrates <https://www.youtube.com/watch?v=2o3ZmgaZ5rM>. Esse material, pensado para os Surdos do Ensino Médio, foi produzido pela UFPR, NESEF, Rádio Camélia, Fluindo Libras e contou com o apoio do edital universal MCTI/CNPq n.º 14/2014. O Estado brasileiro no Programa Nacional do Livro e do Material Didático poderia instituir na necessidade do material em videolibras. Se isso ocorrer, os conteúdos poderiam ser acessados pela pessoa Surda em Libras e não somente por meio de tutorial e videoaulas com tradução realizada por (TILS).

A compreensão do Estado sobre a educação bilíngue, necessária ao educando Surdo, precisa contemplar uma metodologia adequada, considerar os aspectos visuais, linguísticos e culturais. Também precisa contemplar as condições em que o conhecimento em Libras é produzido e apresentado. Considerando o diagnóstico apresentado, há que se perguntar: como Estado do Paraná poderia atender esta demanda em tempos do COVID-19? Na proposta de ensino denominada “Aula Paraná”, que tem aulas disponibilizadas na TV, na internet e na plataforma “classroom”, ocorre a oferta de materiais, de atividades que contam como presença e como nota. Além do Aula Paraná, também existe a oferta de material impresso para o estudante. Como são apresentadas as atividades na *classroom*?

O uso da plataforma *classroom* disponibiliza atividades para serem feitas pelos estudantes para obtenção de presença e nota. O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais das escolas fica disponível durante as aulas para realizar a tradução das aulas via *Meet* segundo a Resolução N.º 1.311/2021 – GS/SEED com tempo de no mínimo 40 minutos. Então, o direito linguístico se limita a visualizar as aulas na TV ou *Youtube* com a janela em Libras?

Por isso, mesmo diante das dificuldades enfrentadas pela humanidade em tempos de pandemia, precisamos reafirmar a luta da comunidade surda, das proposições do campo de Estudos Surdos e pelo direito a uma educação bilíngue que contemple os aspectos culturais, identitários e linguísticos da pessoa surda no processo educativo.

Participe do Jornal

ENVIE SEU ARTIGO PARA
jornalsisifo@gmail.com

Editores: Geraldo Balduino Horn Alexander Machado